

Curso/Disciplina: Direito Processual Penal Objetivo

Aula: Direito Processual Penal Objetivo - 13

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Beatriz Moreira Leite Aina

Aula 13

Como fica a conduta de um Policial Militar que durante uma blitz ofende a integridade física de um civil? Responderá nos moldes da L. 4.898/65 ou responderá por lesão corporal do CPM?

O problema é que a lesão corporal em qualquer modalidade tem a pena maior que a pena do abuso. Em contrapartida, a lesão foi meio para a prática do abuso. Então, a dúvida é: o que absorve o que?

Há divergência.

1ª orientação: (Prevalece em nossa jurisprudência e é a que deve ser adotada em prova, embora a prof.^a não concorde com ela tecnicamente). A lesão corporal foi o meio para a prática do abuso, sendo assim, ela é absorvida pelo abuso e o agente responde apenas pela prática do crime de abuso de autoridade. Capitulado o delito como abuso de autoridade, o abuso é crime comum ou crime militar? Súmula 172, STJ:

Compete a Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço.

De acordo com essa súmula, quem vai julgar esse militar é a justiça comum, e, no caso, a justiça comum estadual. Será JECRIM ou Vara Criminal? Isso já foi questão de prova do MP e da Magistratura do RJ: quem julga abuso de autoridade na justiça estadual?

A L.4.898/65 prevê o abuso de autoridade no art. 3º e sua pena no art. 6º, §3º:

Art. 6º [...]

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
- b) detenção por dez dias a seis meses;
- c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

A pena é muito pequena (alínea “b”), mas ela traz como consequência a perda do cargo. Surgem duas orientações na doutrina:

a) Nucci, Polastri, Bittencourt, entre outros: a previsão no art. 6º, §3º, “c” de uma pena acessória de inabilitação de cargo público por um período de até 03 anos é incompatível com as medidas despenalizadoras da L.9.099/95, logo, a competência para julgamento é da Vara Criminal.

b) Ada Pellegrini: com a reforma do CPP de 1984, todas as penas acessórias foram transformadas em efeitos da condenação. Logo, a competência é do juizado especial criminal.

2ª orientação: (Minoritária) A pena do abuso é bem menor que a pena da lesão corporal. Não faz sentido crime de menor gravidade absorver outro de maior gravidade. O crime que o agente cometeu foi lesão corporal, e como ela tem previsão no CPM sendo possível enquadrá-la no art. 9º, CPM, a competência para processo e julgamento será da Justiça Militar.

3ª orientação: Fernando Capez: um crime não é meio necessário para a prática do outro, o abuso de autoridade pode ser cometido de diversas formas. O agente responderia por abuso em concurso formal com a lesão corporal. Capitulando dessa forma, qual o órgão competente para julgamento? Haverá separação dos processos, sendo aplicada a súmula 90 do STJ:

COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL MILITAR PROCESSAR E JULGAR O POLICIAL MILITAR PELA PRÁTICA DO CRIME MILITAR, E A COMUM PELA PRÁTICA DO CRIME COMUM SIMULTANEO AQUELE.

Se a lesão absorvesse o abuso, não faria sentido ela ser tratada como crime autônomo pela própria lei de abuso de autoridade, ainda dentro da terceira orientação.

Competência da Justiça Federal:

Art. 109, CRFB trata do assunto. A Constituição foi extremamente criteriosa ao tratar da competência da Justiça Federal. A Justiça Estadual fica com a sobra da Federal, ou seja, o que não estiver no art. 109 é da competência da Justiça Estadual. Por isso a competência da Justiça Estadual é chamada de residual.

Art. 109, CR: Trataremos apenas dos incisos que tratam de matéria criminal.

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

Crimes políticos: os penalistas não entram em um consenso sobre o que vem a ser crimes políticos. Em sua grande maioria, estão previstos na L.7.170/83 – Lei de Segurança Nacional. O art. 30 dessa lei prevê a competência da Justiça Militar para os crimes nela previstos:

Art. 30 - Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes previstos nesta Lei, com observância das normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar, no que não colidirem com disposição desta Lei, ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal nos casos previstos na Constituição.

Essa lei é anterior à CRFB. De modo que esse artigo deve ser riscado. Todos os crimes da Lei de Segurança Nacional são de competência da Justiça Federal. Fazer uma remissão no artigo 30, L.7.170/83 ao artigo 109, IV, CRFB (e vice-versa).

Continuando o inciso IV: crimes cometidos em detrimento de bens, serviços e interesse da União, autarquias e empresa públicas. O que seriam bens, serviços e interesse? O projeto do próximo CPP traz esses conceitos bem definidos, adotaremos os conceitos do Pacelli, que são os que estão no projeto do NCPP.

-> Bem: patrimônio da União, suas autarquias e empresas públicas federais. É necessário que o crime provoque lesão naquele patrimônio para fixação da competência da JF. Na situação concreta, isso pode ser um pouco distorcido. Ex.: quadrilha tentando obter financiamento na CEF (empresa pública federal) de forma fraudulenta, porém, não consegue. Como o patrimônio não foi lesionado, a competência para processo e julgamento é da Justiça Estadual. Ex. 2: alguém falsificando guia de recolhimento de contribuição previdenciária – a competência será da Justiça Federal ou Estadual? Depende. Se ele apenas está falsificando a guia, mas ainda não obteve o benefício previdenciário, não houve lesão ao INSS (autarquia federal) e a competência é a da Justiça Estadual. Se ele falsifica a guia e obtém o benefício, a competência será da Justiça Federal, eis que atingido o patrimônio do INSS. Súmula 107 do STJ:

COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO PRATICADO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS, QUANDO NÃO OCORRENTE LESÃO A AUTARQUIA FEDERAL.

Fazer remissão a essa súmula no inciso IV do art. 109, CRFB.

-> Serviço: Não basta a existência de um órgão federal prestando um serviço para que se fixe a competência da Justiça Federal. Ex.: o responsável pela fiscalização de armas de fogo no Brasil é o SINARM – órgão federal – nem sempre a competência para crimes da lei de armas será da Justiça Federal. É necessário que o crime comprometa um serviço prestado pela União. Ex. clássico: apresentação de documento falso para obtenção de passaporte. Nesse caso, a competência é da Justiça Federal.

Uma outra situação está na Súmula 147 do STJ:

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA FUNCIONARIO PUBLICO FEDERAL, QUANDO RELACIONADOS COM O EXERCICIO DA FUNÇÃO.

Fazer remissão no inciso IV do art. 109, CR a essa súmula.

-> Interesse: é extremamente subjetivo. A análise do interesse deve ser feita caso a caso. Independente disso, utilizaremos um parâmetro, trazido por Pacelli. A competência legislativa exclusiva da União está fixada no artigo 22, CRFB. Para o autor, se apenas a União legisla sobre esses assuntos, em eventual delito que venha a atingi-los, haverá interesse da União na sua apuração.

Fazer remissão no inciso IV do art. 109 ao art. 22, CR para se ter mais ou menos um parâmetro.

Quem dirá se tem ou não interesse é o ente federal.

Continuando o inciso IV: excluídas as contravenções penais. A CRFB deixa claro que não há interesse da Justiça Federal em julgar uma contravenção. Imaginemos que há um crime federal conexo com uma contravenção penal – ex.: máquinas de caça nível (contrabando, que é crime federal, conexo com a contravenção do jogo de azar) – quem vai julgar o que? Os processos serão separados?

A tendência do TRF da 2ª região (que abrange o Estado do RJ) é que como a CRFB excluiu da JF o julgamento das contravenções, deve haver a separação dos processos. Justiça Federal julga o crime e Justiça Estadual, a contravenção.

O que era o posicionamento do STJ: o que a CRFB não deseja é o julgamento isolado da contravenção pela Justiça Federal. Mas nada impede que a Justiça Federal julgue quando houver conexão. Analogia à Súmula 122, STJ:

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL O PROCESSO E JULGAMENTO UNIFICADO DOS CRIMES CONEXOS DE COMPETENCIA FEDERAL E ESTADUAL, NÃO SE APLICANDO A REGRA DO ART. 78, II, "A", DO CODIGO DE PROCESSO PENAL.

Começam a aparecer julgados no STJ se aproximando da posição do TRF, determinando a separação dos processos. Aguardemos.

Próximo bloco: continuação do art. 109, CRFB.